

## **CLIPPING IMPRESSO**

**09/10/2019**

# INDICE

---

|                                    |        |
|------------------------------------|--------|
| 1. JORNAL ATOS E FATOS             |        |
| 1.1. DECISÕES.....                 | 1 - 2  |
| 2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO       |        |
| 2.1. DECISÕES.....                 | 3 - 6  |
| 2.2. PRECATÓRIOS.....              | 7      |
| 2.3. PRESIDÊNCIA.....              | 8      |
| 2.4. PUBLICIDADE LEGAL.....        | 9 - 10 |
| 3. JORNAL EXTRA                    |        |
| 3.1. BIBLIOTECA DO JUDICIÁRIO..... | 11     |
| 4. JORNAL O IMPARCIAL              |        |
| 4.1. ELEIÇÕES TJ.....              | 12     |
| 5. JORNAL PEQUENO                  |        |
| 5.1. CONVÊNIOS.....                | 13     |

# Justiça solta Júnior do Nenzim, acusado de mandar matar o próprio pai em Barra do Corda

PÁGINA 8



# Justiça solta Júnior do Nenzim, acusado de mandar matar o próprio pai em Barra do Corda

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) deferiu nesta segunda-feira (7) o pedido de habeas corpus para Manoel Mariano Filho, o Júnior Nenzim, acusado de matar o pai o ex-prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Souza, o Nenzim em dezembro de 2017, na zona rural do município.

Com a decisão, Manoel Mariano Filho vai responder ao processo em liberdade, enquanto aguarda o julgamento. O acusado estava preso desde dezembro de 2017, após ter sido apontado como principal suspeito de ter assassinado o pai.

De acordo com as investigações da Polícia Civil, no dia do crime, Manoel Mariano era a única pes-

soa que estava com o pai. Informações iniciais apontavam a presença de dois homens em uma moto como possíveis assassinos do ex-prefeito, mas a versão foi negada após a realização de laudos periciais.

Mais de 20 testemunhas foram ouvidas. Após a finalização do inquérito, Manoel Mariano foi denunciado pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA).

O ex-prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, conhecido também como Nenzim, foi assassinado com um tiro no pescoço, na manhã do dia 06 de dezembro, na zona rural de Barra do Corda, distante 341 km de São Luís.

De acordo com as investigações, no dia do crime o



**Manoel Mariano Filho, o Júnior Nenzim**

filho de "Nenzim", Mariano Filho, estava junto ao pai e não havia mais ninguém no local do crime. Além disso, após a morte de Mariano de Sousa o veículo em que os dois estavam não seguiu direto para o hospital, o que

torna o filho dele ainda mais suspeito. Vídeos de câmeras de segurança também flagraram a caminhonete dirigida por Mariano Filho na principal Avenida do condomínio onde o ex-prefeito 'Nenzim' foi morto.

São Francisco

# **Feirantes e Município sem acordo para reforma de mercado**

CIDADES 5

# Impasse entre Município e feirantes inviabiliza reforma de mercado

Comerciantes que atuam na Feira do São Francisco recusam mudança alegando falta de estrutura do espaço provisório; Semapa afirma que equipamentos são suficientes e mudança é essencial para o início das obras

**“O** início das obras do Mercado do São Francisco está dependendo, unicamente, dos feirantes”, informou Ivaldo Rodrigues, titular da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) de São Luís, sobre o impasse entre Município e comerciantes da Feira do São Francisco, noticiado por **O Estado** na edição de quinta-feira (3), e que permanece sem solução. Além de adiar o início dos serviços no mercado, a situação pode eliminar o espaço do programa São Luís em Obras, da Prefeitura.

A categoria justificou a resistência à mudança para o espaço provisório - enquanto a feira passaria por obras -, localizado na Avenida Ana Jansen, pela falta de estrutura suficiente para atuarem no local, mas, de acordo com o secretário, o suporte oferecido pelo Município segue um padrão que tem sido aceito por feirantes de outros mercados da cidade, onde as obras já começaram.

“Essa mesma estrutura de baracas foi instalada em outras feiras que estamos reformando, inclusive na da Praia Grande, e tem funcionado. A questão é que eles [feirantes do Mercado do São Francisco] não querem sair. Nós oferecemos uma alternativa, que seria um prédio, onde há banheiros, e uma estrutura ainda melhor, localizada próximo ao Socorinho do bairro, mas eles também não aceitaram. O que não podemos é construir um mercado provisório e o oficial, ou

fazer a obra por etapas, com eles no espaço, por questões de engenharia”, esclareceu.

De acordo com Ivaldo Rodrigues, em reunião com os comerciantes, na sexta-feira (4), para apresentar as propostas, a categoria permaneceu resistente à mudança e recusou a oferta da Semapa, que aguarda contraproposta dos feirantes. Mas, segundo o secretário, as obras precisam ser iniciadas até o fim de outubro, para garantir que a verba destinada à reforma não se-

ja encaminhada para outro setor.

“Se até o fim deste mês a obra não se iniciar, a verba será destinada para outros serviços. Essa reforma deveria ser iniciada o quanto antes, porque existe uma liminar judicial solicitando o fechamento da feira”, afirmou.

## Decisão judicial

Em 2014, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) determinou que o Município de São Luís apresentasse um progra-

ma de reforma, acompanhamento e fiscalização das feiras - em um prazo de 60 dias - localizadas na Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embratel, São Francisco, Praia Grande, Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tirirical, Ipem São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d'Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, Cohatrac (Primavera) e Mercado Central.

O pedido foi ajuizado pelo Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria dos Direitos do Cidadão, com base em inspeção realizada pela Vigilância Sanitária Estadual e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que teria constatado péssimo estado de conservação e precárias condições físicas no sistema de abastecimento de água, nas instalações sanitárias, elétricas e hidráulicas - além de lixo a céu aberto, falta de equipamentos e fardamento dos manipuladores, entre outros.

Na ocasião, o Município recorreu e pediu a reconsideração da sentença, alegando que a imposição simultânea da realização de reformas em dezenas de mercados seria manifestamente impraticável ante a impossibilidade de programação orçamentária e causaria prejuízos à ordem pública e econômica. No entanto, o relator do processo, desembargador Vicente de Paula, não concordou com as alegações. ●



## **SOBRE A OBRA**

Orçada em pouco mais de R\$ 3,4 milhões, a obra de construção do novo Mercado do São Francisco será executada com recursos próprios do Município. O equipamento público ganhará novo sistema hidráulico, boxes padronizados, iluminação moderna, sistema de câmara de videomonitoramento, área de estacionamento, sistema de drenagem, dentre outros serviços e beneficiarão cerca de 250 feirantes que trabalham no local. Além disso, toda a sua área terá acessos para pessoas com mobilidade reduzida. A ordem de serviço autorizando o início da obra deverá ser dada ainda neste primeiro semestre. O prazo para sua conclusão será de 12 meses.



**BARRACAS**  
continuam sem uso  
no espaço  
designado para  
estabelecer  
feirantes durante  
reforma



# CCJ aprova proposta sobre precatórios e pode aliviar caixa do Maranhão

Se aprovada pelo Congresso Nacional, proposta vai beneficiar o governo maranhense, que tem um estoque de precatórios de mais de R\$ 1,4 bilhão

GILBERTO LÉDA

Da Editoria de Política

COM AGÊNCIA SENADO

**A** Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem proposta que prorroga até 2028 o prazo para estados, Distrito Federal e municípios quitarem, dentro de um regime especial de pagamento, seus precatórios (dívidas geradas por condenações judiciais) devidos a pessoas jurídicas. Atualmente, o prazo previsto é até 31 de dezembro de 2024.

O Maranhão é um dos que podem se beneficiar da PEC. Segundo dados da gestão Flávio Dino (PCdoB), o atual estoque de precatórios do estado chega a R\$ 1,426 bilhão.

A gestão comunista já aprovou na Assembleia um projeto autorizando-o a tomar empréstimo de R\$ 623 milhões para pagar parte dessa dívida, e o STF determinou à União que autorize a abertura de linha de crédito com esse objetivo. Mas, se a PEC for aprovada nos termos propostos, o alongamento do perfil dessa dívida pode tornar dispensável a operação.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 95/2019 é de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), e busca aliviar a situação econômica dos entes federados. A matéria, que integra um rol de medidas do chamado novo pacto federativo, destinado a reestruturar as finanças de estados e municípios, deveria ser votado no plenário ainda ontem, mas houve



Divulgação

**Governador Flávio Dino já pediu empréstimo para pagar precatórios**

adiamento, segundo o senador Roberto Rocha (PSDB), em virtude de uma sessão do Congresso.

## Crise

Não é a primeira vez que Serra tenta aliviar a crise financeira causada por pagamento de precatórios. Ele foi o autor da PEC que resultou na Emenda Constitucional 99, promulgada em 2017, que prorrogou o prazo para o pagamento dos precatórios até 2024. A principal intenção, segundo ele, era compatibilizar as dificuldades financeiras dos entes federados e os direitos dos beneficiários dos precatórios.

Na CCJ, o relator, senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), fez duas importantes mudanças no texto de Serra: ele prevê que o pagador lance

mão de depósitos judiciais sem que sejam usados previamente recursos ordinários do orçamento e admite também o uso de recursos próprios para a quitação dos débitos de precatórios. Além disso, o relator excluiu pessoas físicas desse adiamento – ou seja, para elas o calendário de pagamento continua valendo até 2024.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), disse que Anastasia melhorou o texto, tendo dois cuidados. “Ele tirou as amarras para facilitar o pagamento e ainda teve a sensibilidade de atender com justiça as pessoas físicas, normalmente as que mais precisam”, declarou.

Além de excluir do texto precatórios de pessoas físicas (cuja natureza é alimentar) e tirar o engessamento do teto de gastos previsto

na lei que trata do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, a proposta, da forma como segue para o Plenário, exclui do limite de despesas o pagamento de precatórios também quando feito com recursos extraordinários obtidos com saques de depósitos judiciais.

Esse limite para os estados consiste em um teto para o crescimento das despesas primárias correntes à taxa de inflação medida pela variação do IPCA por dois exercícios financeiros. Quando não cumprido o limite, os estados enfrentam sanções, como a revogação do prazo adicional de pagamento de dívidas junto à União.

Anastasia ainda retirou do texto a possibilidade de responsabilização do presidente do Tribunal de Justiça por emissão de precatórios, caso recursos referentes a depósitos judiciais, por exemplo, não estejam disponíveis no prazo de até 60 dias previsto em lei. Essa responsabilização, pelo substitutivo, continua sendo apenas para o dirigente da instituição financeira.

Para o relator, a proposta de prorrogação vem para ajudar estados no momento em muitos desses entes enfrentam restrição fiscal severa, sem prejudicar as empresas que precisam receber, uma vez que há uma correção do valor. “A matéria em exame caminha nessa direção, sem prejudicar os direitos dos credores de precatórios, pois os montantes devidos continuarão sendo corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)”, disse Anastasia. ●



## 2ª Vara de Execuções Penais

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, entregou, ontem, as novas instalações da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, no prédio da Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (Ciaps), no bairro do Vinhais. Segundo o magistrado, é imprescindível oferecer aos apenados estudo e trabalho, para que eles voltem ao convívio na sociedade, com a aplicação de medidas educativas, humanísticas e ressocializadoras. Fernando Mendonça é o juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP).



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico (SRP) nº 70/2019**

**Processo nº 29.591/2019**

**Objeto:** Registro de Preço para Aquisição de subsistema de armazenamento de dados em fita magnética (Tape Library) a serem utilizados no Datacenter do Poder Judiciário do Maranhão; **Abertura:** 22/10/2019, às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br); Fones: (98) 3261-6181/6194.

São Luís/MA, 09 de outubro de 2019. Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico SPR nº 69/2019**

**Processo nº 38.621/2019**

**Objeto:** Registro de Preço para contratação de serviços de confecção de camisas e bonés para atender à demanda nos eventos e diligências realizados pelo Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Escola Superior da Magistratura e por algumas comarcas do interior do estado; **Abertura:** 21/10/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). Fone: (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 04 de outubro de 2019. **Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.**



## **Biblioteca do TJMA realiza I Feira Literária voltada para crianças**

Nesta quarta e quinta-feira, dias 9 e 10 de outubro, a Biblioteca “Desembargador José Antonio de Almeida Silva”, do Tribunal de Justiça do Maranhão, realiza a I Feira Literária em parceria com o projeto “Ler e Conhecer: pela valorização dos escritores maranhenses da literatura infantojuvenil”. O evento é alusivo ao Dia das Crianças, comemorado no dia 12 de outubro e nos dois dias ocorre das 8h30 às 17h.

Na oportunidade, também será lançada a campanha “Um livro é um brinquedo com letras. Ler é brincar. Presenteie seu filho com livros”, uma forma de incentivar pais e crianças

a dedicarem mais tempo à literatura.

A Feira Literária pensada para crianças, de acordo com a equipe da Biblioteca do TJMA, será um passeio pelo mundo encantado dos contos e histórias. Serão feitas brincadeiras, sorteio de brindes, bate-papo literário e sessão de autógrafos com diversos autores maranhenses da literatura infantojuvenil.

A abertura será feita pelo desembargador Lourival Serejo, vice-presidente do Tribunal, com a presença dos autores Wilson Marques, Anizia Nascimento, Camila Reis e Francinete Braga.



## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



3

Pelo menos três desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão estão preparando-se para disputar a eleição de presidente, que ocorrerá em novembro próximo, para o biênio 2020/2021. São eles: o atual corregedor-geral de Justiça, Lourival Serejo, Nelma Sarney e Paulo Velten.

# Governo e Tribunal de Justiça formalizam parceria para o Projeto Indicadores do Cárcere

ADRIANO MARTINS COSTA

Na manhã dessa terça-feira (8), foi assinada, na sala da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a parceria entre governo do Estado e TJMA para a execução do Projeto “Indicadores do Cárcere”. O acordo de cooperação técnica foi firmado pelos secretários Luis Fernando Silva, da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (Sepe) e Davi Telles, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti); pelo presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), além de Dionatan Carvalho, presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), e André Luis do Santos, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

O secretário Luis Fernando destacou que a formalização da parceria é um reflexo da harmonia entre os poderes executivo e o judiciário do Maranhão e destacou a importância do projeto para a melhoria do sistema penitenciário maranhense. “O Governo Flávio Dino pauta suas ações na palavra justiça, e isso inclui a justiça social. Esse acordo prevê a atuação da Sepe, por meio da autarquia vinculada Imesc, com pesquisas e informações na área de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento para auxiliar a tomada de decisão do TJ, no que se refere a políticas



Solenidade de assinatura da parceria entre o Estado e o Tribunal de Justiça

públicas e penais”, afirmou. De acordo com o que está previsto no projeto, o “Indicadores do Cárcere” tem o objetivo central de desenvolver pesquisas para monitoramento e avaliação de políticas penais executadas pela Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, e isto será feito com dados fornecidos pelo TJMA e analisados por técnicos do Imesc. “A medida visa melhorar a política de execução penal no Estado. Nesse sentido, serão desenvolvidas atividades de pesquisa previstas nos termos da legislação pertinente, mediante a concessão de bolsas

ou auxílios para profissionais em conformidade com o plano de trabalho estabelecido. É uma parceria importante que vem fortalecer o trabalho do Poder Judiciário no monitoramento carcerário”, explicou o desembargador Joaquim Figueiredo. O desembargador Froz Sobrinho ressaltou que o trabalho em conjunto será fundamental para a compreensão da execução penal no estado. “O Projeto Indicadores do Cárcere usa da ciência para monitorar uma série de medidas alternativas. E o Imesc e a Fapema vão promover a condensação desses dados científicos para melhoria da qualidade da política pública na área”, explicou. Conforme reforçou o secretário

Davi Telles, de Ciência, Tecnologia e Inovação, os dois órgãos estão à disposição para colaborar com o judiciário. “A Secti, por meio da Fapema, também está envolvida nesse acordo de cooperação técnica. A Fundação entrará com o edital e a seleção dos bolsistas que vão ajudar o Imesc a fazer esse trabalho de análise de forma mais aprofundada”, assentiu o secretário. Ainda participaram da reunião, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo; a desembargadora Graça Duarte Mendes; o presidente da Fapema, André Luís dos Santos; o pesquisador do Imesc, Yata Anderson; e o coordenador executivo da unidade de monitoramento carcerário do TJMA, Ariston Poliano.